

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007868-24.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Edelondes da Costa Rasera Me**
Requerido: **Japir de Carvalho Neto Junior Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido à ré um automóvel em 30/03/2009, comprometendo-se a mesma a transferi-lo para o seu nome, mas isso não sucedeu.

Alegou ainda que em virtude da omissão da ré foi cobrado por valores relativos ao IPVA respectivo dos anos de 2013 a 2015, de sorte que almeja à condenação dela ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em transferir o automóvel para o seu nome, bem como para assumir os aludidos encargos.

Ao longo do processo, positivou-se que a ré vendeu o veículo a terceira pessoa, o que restou materializado a fl. 15.

O próprio autor reconheceu o fato, chegando inclusive a fornecer o primeiro nome e o telefone da pessoa que seria agora a proprietária do automóvel (fl. 13).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Em consequência, foi o autor instado a esclarecer se desejava a inclusão dessa pessoa no polo passivo da relação processual (fl. 27), sobrevivendo sua negativa a isso (fl. 31).

Assim posta a questão debatida, conclui-se que a pretensão deduzida não pode prosperar.

Isso porque não seria possível a imposição à ré de obrigação de transferir o automóvel para o seu nome e muito menos oficiar ao órgão de trânsito para que o fizesse quando se sabe que no momento é outra pessoa quem ostenta a condição de sua proprietária.

Como os registros administrativos devem refletir a realidade, a postulação do autor nos termos em que apresentada e diante do que se apurou nos autos há de ser rejeitada porque em última análise está em descompasso com esse princípio.

Nem se diga que a manutenção do *status quo* não se justificaria então porque de igual modo não representa a verdade.

Se isso é aceitável, o que não se concebe é a sua modificação para que os assentos continuem incorretos, não se podendo olvidar que sem embargo dos termos do despacho de fl. 27 (em que claramente se positivou que a vinda do atual proprietário do automóvel seria indispensável para que a transferência proclamada se implementasse) o autor preferiu prosseguir na ação tal como iniciada.

A mesma alternativa aplica-se ao pedido de imposição à ré para arcar com os valores do IPVA cobrado do autor, tendo em vista que eles concernem a anos (2013 a 2015) posteriores à venda feita por ela (06/08/2009 – fl. 15).

Não se entrevê nesse contexto lastro à sua responsabilização quanto ao tema.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 26 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**